

# Senna: dívida exige outros mecanismos

30 MAI 1985

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A política da dívida pública que está sendo colocada em prática pelo governo federal, de tentar evitar, através da venda de títulos públicos, uma explosão monetária e um conseqüente aumento da inflação, não se sustenta por muito tempo; e, por isso, outros mecanismos de contenção terão de ser encontrados. O comentário foi feito, ontem, pelo diretor da dívida pública do Banco Central, José Júlio Senna, que concordou com o ministro do Planejamento, João Sayad, de que é necessário um aumento dos impostos para diminuir o déficit público.

Segundo Senna, o esquema de venda de títulos públicos no mercado para financiar os gastos do governo está sendo aplicado "porque o déficit fiscal, para ser reduzido, envolve decisões, em nível de governo, muito amplas e, evidentemente, também decisões políticas que demoram para ser colocadas em prática". Então, explicou, enquanto estas medidas não forem efetivadas, a melhor alternativa para o governo é realmente evitar que seus gastos se transformem numa explosão monetária, com a colocação de papéis.

O diretor da dívida pública do BC ressaltou que esta não é a melhor alternativa, "mas cumpre as suas funções de evitar um estouro na base monetária". Ele explicou que, se o governo ficar muito tempo financiando o seu déficit através de papéis, haverá três repercussões negativas: a inflação diminuirá, mas não nos patamares esperados; o volume de dívida interna aumentará substancialmente e as pressões sobre os juros também aumentarão.

## CORREÇÃO MONETÁRIA

O governo não está cogitando de fazer qualquer alteração na fórmula de cálculo da correção monetária. Ao contrário, "seria até leviandade tomar uma decisão e mudá-la em curto prazo de tempo; não tem cabimento", disse o diretor da dívida pública. Segundo ele, não procedem as informações de que o Banco Central poderia mudar a atual fórmula da correção monetária, em julho ou agosto, se a inflação voltar a subir mais de 11% ao mês. Senna fez questão de ressaltar que nenhuma pessoa do governo teria a intenção de tomar uma decisão de tamanha importância e depois modificá-la em tão pouco tempo.

ESTADO DE SÃO PAULO